
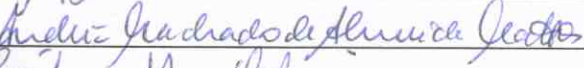
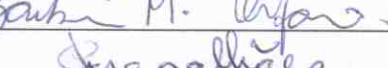


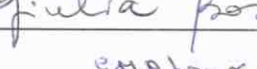


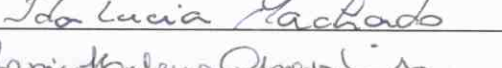
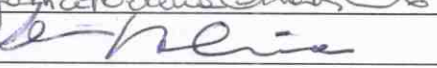
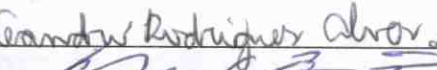
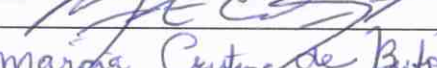
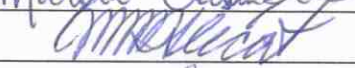
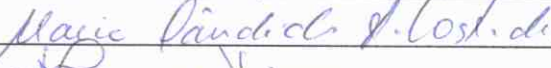
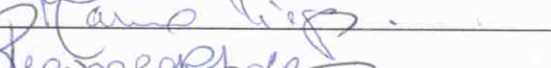
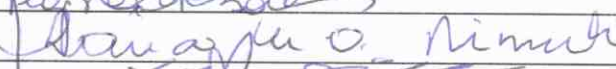










## DECLARAÇÃO

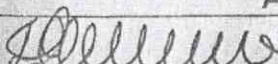
Em atendimento à Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (art. 18, art.19, art.20 e art.21), os docentes abaixo relacionados declaram que não se encontram em situação de impedimento ou suspeição para participarem da banca examinadora do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado/ Doutorado) para ingresso no 1º semestre/2018.

Nome do Docente	Assinatura
Aderlande Pereira Ferraz	
Andréa Machado de Almeida Mattos	
Barbara Malveira Orfanó	
Célia Maria Magalhães	
Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães	
Eduardo Tadeu Roque Amaral	
Giulia Bossaglia	
Glaucia Muniz Proença Lara	
Gustavo Ximenes Cunha	
Helcira Maria Rodrigues de Lima	
Ida Lúcia Machado	
Janice Helena Silva de R. Chaves Marinho	
Larissa Santos Ciríaco	
Leandro Rodrigues Alves Diniz	
Luciane Corrêa Ferreira	
Márcia Cristina de Brito Rumeu	
Maria Beatriz Nascimento Decat	
Maria Cândida Trindade Costa Seabra	
Maria do Carmo Viegas	
Regina Lúcia Péret Dell'Isola	
Sônia Maria de Oliveira Pimenta	
Ulrike Agathe Schröder	
Valdeni da Silva Reis	
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva	

Belo Horizonte, setembro de 2017.

## DECLARAÇÃO

Em atendimento à Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (art. 18, art.19, art.20 e art.21), os docentes abaixo relacionados declaram que não se encontram em situação de impedimento ou suspeição para participarem da banca examinadora do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Mestrado/ Doutorado) para ingresso no 1º semestre/2018.

Nome do Docente	Assinatura
Helcira Maria Rodrigues de Lima	

Belo Horizonte, setembro de 2017.

## Legislação citada na Declaração

I - Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

.....

### CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

**Art. 18.** É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

**Art. 19.** A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

**Art. 20.** Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

**Art. 21.** O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.